

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA EM SERGIPE: ENTRELAÇANDO DIÁLOGOS COM AS COMUNIDADES E DADOS DO CENSO ESCOLAR

Edinéia Tavares Lopes¹

Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil.

Lívia Jéssica Messias de Almeida²

Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil.

Jéssica Araujo dos Santos³

Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil.

Mailson Acacio dos Santos Melo⁴

Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil.

Magno de Oliveira Barros⁵

Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil.

¹ Universidade Federal de Sergipe, Campus Itabaiana, Sergipe, Brasil. Professora Associada. Departamento de Química – Campus Itabaiana. Coordenação Colegiada do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da UFS (NEABI-UFS), membra da Coordenação do Fórum Estadual de Educação Escolar Quilombola de Sergipe (FEEQS), Coordenadora da Licenciatura em Educação Escolar Quilombola. Vinculada aos Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIMA). E-mail: edineia.ufs@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3842-2092> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0920968615996079>

² Universidade Federal de Sergipe, Campus Itabaiana, Sergipe, Brasil. Professora Adjunta do Departamento de Educação – Campus Itabaiana. Membra da Coordenação Colegiada NEABI-UFS. E-mail: livia.ljma@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-2307-1763>, <http://lattes.cnpq.br/307207589786774>

³ Universidade Federal de Sergipe, Campus Itabaiana, Sergipe, Brasil. Mestranda pelo PPGED-UFS. Graduada em Lic. em Química - Campus Itabaiana. Membra do NEABI/UFS. E-mail: jesikaSantos118@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-7223-1583>, <http://lattes.cnpq.br/7272733241948698>

⁴ Universidade Federal de Sergipe, Campus Itabaiana, Sergipe, Brasil. Graduando do Curso de Lic. em Geografia - Campus Itabaiana. Comunidade Quilombola Mocambo, Porto da Folha/Sergipe. Membro do NEABI-UFS, do FEEQS e do Coletivo de Estudantes Indígenas e Quilombolas “José Apolônio”. E-mail: mailsonacacio@gmail.com <https://orcid.org/0009-0003-3095-3849>, <http://lattes.cnpq.br/4637178585566191>

⁵ Universidade Federal de Sergipe, Campus Itabaiana, Sergipe, Brasil. Vice-presidente da Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Brejão dos Negros, professor quilombola, mestrando no PPGECIMA/UFS, membro do NEABI, do FEEQS e do Coletivo de Estudantes Indígenas e Quilombolas “José Apolônio”. E-mail: magno.barros20@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0004-9307-9682>, <http://lattes.cnpq.br/0041963319218795>

Daniela Barreto do Sacramento⁶
Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil.

RESUMO

Este artigo objetiva tecer reflexões sobre a realidade da Educação Escolar Quilombola em Sergipe a partir dos dados do Censo Escolar em diálogo com as demandas apresentadas pelas comunidades quilombolas sergipanas. Adota a abordagem qualitativa, fundamentada na investigação-ação participativa (IAP). Os dados anunciam/denunciam, dentre outros: a situação emblemática do cadastro no Censo Escolar; o fechamento de escolas; a carência de ampliação dos anos e etapas da Educação Básica; não efetivação das DCNEEQ e a ausência de formação inicial das(os) professoras(es). O cenário descrito revela um longo caminho a ser percorrido para efetivação das DCNEEQ e evidencia diversas insurgências das comunidades quilombolas com resultados importantes para o fortalecimento das suas escolas.

Palavras-Chave: Educação Escolar Quilombola; Formação inicial de professores; Censo Escolar; Territórios quilombolas sergipanos.

QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION IN SERGIPE: INTERTWAINING DIALOGUES WITH COMMUNITIES AND DATA FROM THE SCHOOL CENSUS.

ABSTRACT

This paper reflects on the reality of Quilombola School Education in Sergipe based on data from the School Census in dialogue with quilombola communities' demands in Sergipe. It adopts a qualitative approach, based on participatory action research (IAP). The data announce/denounce, among others: the emblematic situation of registration in the School Census; the closing of schools; the lack of expansion of the years and stages of Basic Education; non-implementation of DCNEEQ and lack of initial training. The scenario described reveals a long way to go to implement the DCNEEQ and several insurgencies with important results for the strengthening of schools in quilombola communities in Sergipe.

Keywords: Quilombola School Education; Initial teacher training; School Census and Quilombola territories in Sergipe.

EDUCACIÓN ESCOLAR QUILOMBOLA EN SERGIPE: ENTRELAZAMIENTO DE DIÁLOGOS CON COMUNIDADES Y DATOS DEL CENSO ESCOLAR

⁶ Secretaria Municipal de Educação de Laranjeiras, Sergipe, Brasil. Professora no Território Quilombola Mussuca, Laranjeiras – SE. Graduada em Psicologia (UFS). Mestra em Educação das Relações Étnico-raciais (UFSB). E-mail: danibasacra@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0001-9479-3739>, <http://lattes.cnpq.br/5712298529890353>

RESUMEN

Este artículo analiza la realidad de la Educación Escolar Quilombola en Sergipe, en Brasil, a partir de los datos del Censo Escolar en diálogo con las demandas presentadas por las comunidades quilombolas sergipanas. Adopta un abordaje cualitativo, fundamentado en la investigación-acción participativa. Los datos anuncian/denuncian, entre otros: la situación emblemática del catastro no Censo Escolar; el cierre de escuelas; la carencia de ampliación de los años en las etapas del Educación Básica; la no implementación de las DCNEEQ y ausencia de formación inicial de los(as) profesoras(es). El escenario descrito revela un largo camino para implementación de las DCNEEQ y evidencia diversas insurgencias de las comunidades quilombolas con resultados importantes para el fortalecimiento de sus escuelas.

Palabras-Chave: Educación Escolar Quilombola; Formación inicial docente; Censo Escolar; Territorios quilombolas sergipanos.

L'ÉDUCATION SCOLAIRE QUILOMBOLA DANS L'ÉTAT DU SERGIPE, AU BRÉSIL: LA PROMOTION DES DIALOGUES AVEC LES COMMUNAUTÉS ET DONNÉES DU RECENSEMENT SCOLAIRE

RÉSUMÉ

Cet article a pour objectif d'analyser l'éducation scolaire quilombola dans l'État du Sergipe, au Brésil, à partir des données du recensement scolaire et à la lumière des revendications présentées par les communautés quilombola. L'approche qualitative ici privilégiée est basée sur la recherche-action participative. Les résultats de la recherche annoncent/dénoncent, entre autres: la situation problématique des inscriptions au Recensement Scolaire; la fermeture des écoles; la nécessité de prolonger le nombre d'années et les étapes de l'éducation de base; la non-application des lignes directrices du programme national pour l'enseignement scolaire quilombola et le manque de formation initiale des enseignants. Le scénario décrit montre le long chemin à parcourir pour consolider les lignes directrices et révèle plusieurs résistances communautaires avec des résultats importants pour renforcer les écoles des communautés quilombolas de Sergipe.

Mots clés: Enseignement scolaire Quilombola, Formation initiale des enseignants, Recensement scolaire et territoires Quilombola à Sergipe.

DIÁLOGO INTRODUTÓRIO

[...] acredito que os quilombolas vão construir o segundo marco legal do Brasil que vão orientar todas as escolas [...] (Xifronese dos Santos, Liderança do Território Quilombola Caraíbas, FEEQS, 2019)

Iniciamos este diálogo com a epígrafe que registra um trecho da fala de Xifronese dos Santos pronunciada durante a realização do Fórum Estadual de Educação Escolar Quilombola de Sergipe⁷ (FEEQS), realizado em 2019. Nesta fala a liderança quilombola sergipana argumenta que a Educação Escolar Quilombola (EEQ) construirá um marco legal que vai orientar todas as escolas brasileiras. Assim, consonante com a fala dessa liderança quilombola, defendemos que a EEQ tem muito a contribuir para o rompimento com modelo de educação formal ainda marcado por currículos escolares e universitários brancocêntricos, eurocêntricos, urbanocêntricos e racistas (Gomes, 2021; Silva, 2020a e 2020b). Logo, a EEQ tem muito a ensinar para a educação escolar nacional.

Com esse entendimento nos inserimos nas vozes que se juntam em defesa das políticas públicas que contemplem os projetos societários das comunidades quilombolas brasileiras, problematizando que a educação formal, muito tempo negada ao povo negro brasileiro, e suas políticas de currículo homogeneizadoras e excludentes, se efetivam em campo de embate em que diferentes projetos de sociedade, portanto também de educação, são postos em disputa. Logo, exige se comprometer com políticas educacionais voltadas para o povo negro, e particularmente as comunidades quilombolas, que questionem as relações de poder estabelecidas.

⁷ O Fórum Estadual de Educação Escolar Quilombola de Sergipe (FEEQS) foi criado em 2019 pelo Movimento Quilombola de Sergipe com o apoio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da UFS. Nesse ano foram realizadas quatro etapas regionais e uma etapa estadual do FEEQS. Conta na coordenação colegiada do FEEQS com três lideranças quilombolas e uma professora pesquisadora do NEABI-UFS. A partir do FEEQS várias atividades de ensino (na graduação e pós), pesquisa e extensão são desenvolvidas com as comunidades quilombolas. Dentre eles o projeto de pesquisa "Entrelaços de Res/existências: o que temos e o que queremos na Educação Escolar Quilombola em Sergipe?". Este projeto conta com três professoras pesquisadoras do NEABI-UFS e congrega alunas(as) de graduação e pós-graduação da UFS, militantes de organizações negras e professores(as) da Educação Básica sergipana, em sua maioria pessoas negras e, dentre elas, quilombolas.

É nesse campo fluido de ensinamentos, vivências, desafios e possibilidades que nós, pesquisadoras(es) experientes e em formação, com distintos pertencimentos étnico-raciais, inclusive pesquisadoras(es) quilombolas, tecemos o diálogo proposto neste texto tendo como foco a educação escolarizada em territórios quilombolas sergipanos. Dito isto, cabe registrar que este texto é produto da investigação realizada no projeto de pesquisa “*ENTRELAÇOS DE RES/EX/ISTÊNCIAS: O que temos e o que queremos na Educação Escolar Quilombola em Sergipe?*”⁸ que foi elaborado no âmbito das discussões efetivadas durante o FEEQS em 2019.

Das discussões e demandas apresentadas pelo Movimento Quilombola de Sergipe (MQSE), durante o FEEQS, resultam a realização conjunta, entre as comunidades quilombolas sergipanas e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Sergipe (NEABI-UFS), de diversas ações de ensino (na graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão no estado de Sergipe. O projeto “*ENTRELAÇOS DE RES/EX/ISTÊNCIAS*” conta uma equipe comprometida com a investigação e contribuição para a efetivação da EEQ no estado de Sergipe. O projeto tem como objetivo geral: compreender as possibilidades e os desafios encontrados na efetivação da EEQ sergipana, considerando o que dizem a comunidade escolar (alunas(os), docentes, gestoras(es) e mães/pais), as comunidades quilombolas, a produção científica na área, os documentos normativos e orientadores no cenário nacional, estadual e institucional e observações em campo.

Nesse sentido, este texto objetiva tecer reflexões sobre a realidade da Educação Escolar Quilombola em Sergipe a partir dos dados do Censo Escolar em diálogo com as demandas apresentadas pelas comunidades quilombolas sergipanas. Adotamos a abordagem metodológica qualitativa (Bogdan; Biklen, 2003), baseada na investigação-ação participativa (IAP), na qual há compromisso com os/as sujeitos/as, e com suas comunidades, buscando enfatizar a consciência coletiva, compreendidos nos caminhos construídos,

⁸ Coordenado pela professora Autora 1 e aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) - Parecer: 5.699.931.

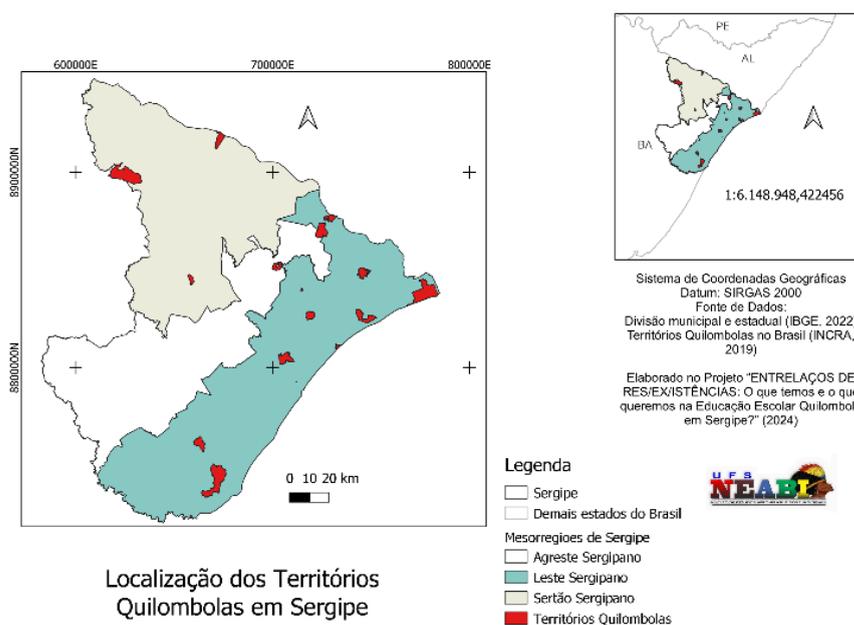
realizando assim uma investigação em que não haja hierarquização entre a(o) pesquisador(a) e as(os) participantes (Fals Borda, 2010a e 2010b).

Assim, os diálogos produzidos nas análises se articulam em torno de questões norteadoras organizadas em dois eixos interpretativos, quais sejam: 1) O que anunciam/denunciam as comunidades quilombolas e os dados do censo escolar sobre as escolas quilombolas do estado de Sergipe? 2) O que anunciam/denunciam as comunidades quilombolas e os dados do censo escolar sobre a situação dos professores das escolas quilombolas do estado de Sergipe? O texto em tela parte dos diálogos estabelecidos com as comunidades, do arcabouço administrativo e orientador da Educação Escolar Quilombola e dos dados coletados em campo.

O QUE ANUNCIAM/DENUNCIAM OS DADOS DO CENSO ESCOLAR SOBRE AS ESCOLAS QUILOMBOLAS DO ESTADO DE SERGIPE?

O estado de Sergipe é dividido nas seguintes mesorregiões de planejamento: Leste, Agreste e Sertão. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Fundação Cultural Palmares, Sergipe tem 32 territórios quilombolas certificados, distribuídos desde o Leste até o Sertão sergipano. Logo, essas comunidades ocupam todas as mesorregiões sergipanas (Figura 01) e se encontram nas mais variadas situações fundiárias.

Figura 01: Mesorregiões sergipanas e localização dos territórios quilombolas no estado de Sergipe



Fonte: Elaborado por Mailson Acácio dos Santos Melo, Projeto “Entrelaços de Res/ex/istências”, 2024.

O MQSE identifica 52 territórios quilombolas. Essa discrepância entre os dados do Incra e Fundação Palmares e do MQSE deve-se ao fato de que várias comunidades ainda estão nas primeiras ações do processo de regularização fundiária, que compreende um movimento interno de autorreconhecimento como pessoa remanescente de quilombo.

Podemos ilustrar na realidade sergipana os desafios encontrados na regularização fundiária com a situação atual da comunidade negra Caípe Novo. Essa comunidade localiza-se no município de São Cristóvão. A articulação em torno do processo de reconhecimento como comunidade tradicional das 30 famílias que compõem a comunidade Caípe Novo foi iniciada em 2023, então, encontra-se nas primeiras etapas para o autorreconhecimento. Assim, essa comunidade ainda não está presente nos dados da Fundação Palmares e do Incra.

No que diz respeito ao Censo Escolar, é importante registrarmos, conforme reflete Arruti (2017), aquilo que nele é identificado como “escolas localizadas em áreas de quilombo” é chamado genericamente de “escola quilombola”. No Censo Escolar para a definição de localização da escola,

denominada como “localização diferenciada da escola”, tem-se, ainda em 2024, a seguinte orientação:

Comunidade quilombola Territórios tradicionalmente ocupados por comunidades que abrigam os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada à resistência à opressão histórica sofrida. Essas comunidades são reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares.

Ou seja:

[...] essas escolas são ‘quilombolas’ apenas na medida em que estão situadas em terras que são assim identificadas. Isso ocorre por uma reclassificação das escolas já existentes – possível depois da introdução desta categoria no censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2004 [...] (Arruti, 2017, p. 119)

A ideia que construímos sobre as escolas denominadas “quilombolas”, muitas vezes, contradiz a realidade registrada no Censo Escolar, pois, como dito, são “escolas quilombolas” somente pela localização em território quilombola. O que não implica, conforme constatamos em nossos diálogos com as comunidades e como aponta Arruti (2017):

[...] a existência de qualquer diferenciação na sua forma física, nos métodos pedagógicos, na sua gestão, na composição e formação dos seus professores, nos materiais didáticos utilizados ou mesmo no tipo de atenção dada pelo corpo docente a temas fundamentais nesse contexto, como as relações raciais e a própria questão dos quilombos. (Arruti, 2017, p. 119)

O desabafo⁹ da professora Paulameires Acácio dos Santos Melo¹⁰, liderança quilombola sergipana, ilustra esse cenário:

[...] Há 15 anos e ainda tem professores que não sabem que a escola é quilombola” (Paulameires Acácio dos Santos Melo, Memória do Fórum Estadual de Educação Escolar Quilombola de Sergipe, 2019)

Essa classificação como localizada ou não em área de quilombo é realizada pela gestão da escola no preenchimento do Censo Escolar, portanto, não pela auto atribuição da comunidade. De acordo com Miranda (2012), essa possibilidade de preenchimento apresenta algumas fragilidades, pois é

⁹ Fala registrada durante a realização da etapa estadual do Fórum Estadual de Educação Escolar Quilombola de Sergipe, 2019.

¹⁰ Professora e Liderança do Território Quilombola Mocambo (Porto da Folha-SE).

realizada pelos gestores municipais ou estaduais e conta com o desconhecimento ou a resistência desses em reconhecer a presença de comunidades remanescentes de quilombos na área de abrangência de sua gestão; sinaliza apenas as escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos sem registrar estudantes que frequentam escolas em outras comunidades, povoados e sede de municípios.

Vale refletir que, conforme as DCNEEQ (Brasil, 2012), a EEQ compreende escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas. Diferentemente do Censo que diferencia apenas a indicação como localizada ou não em território quilombola, sem considerar o exposto na Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as DCNEEQ e estabelece no Artigo 1º. que a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

I – Organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se: a) da memória coletiva; b) das línguas remanescentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade. (Brasil, 2012, p. 02)

Mesmo considerando que há muita distância entre a classificação no Censo Escolar e a efetivação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) (Brasil, 2012), entendemos que o cadastro no Censo Escolar, em consonância com os anseios das comunidades quilombolas, é um passo importante para que a comunidade escolar registre esse pertencimento e seja garantida a efetivação nessas escolas da modalidade EEQ por meio das políticas públicas educacionais específicas. Passemos para os dados das escolas quilombolas sergipanas registradas no Censo Escolar em 2022 e os dados coletados em campo.

No ano de 2022, o estado de Sergipe possuía 39 escolas cadastradas como quilombolas no Censo Escolar¹¹, no quantitativo de três urbanas e trinta e seis rurais; sendo cinco da rede estadual e trinta e quatro da rede municipal.

Com o fechamento, ainda em 2022, de uma escola quilombola da rede estadual tem-se na prática, neste ano, trinta e oito escolas, sendo quatro estaduais e trinta e quatro municipais, conforme podemos ver no Quadro 01.

Quadro 01 - Número de escolas quilombolas sergipanas, cadastradas no Censo 2022 e atualizado pelo Projeto “Entrelaços de Res/ex/istências”, e suas etapas de atendimento⁵

NÍVEL DE ENSINO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA		QUANTIDADE	PERCENTAGEM POR ETAPA
	Municipal	Estadual		
EI	06	-	06 (15,8%)	06 (15,8%)
EI e EF-AI	17	-	17 (44,7%)	19(50%)
EF-AI	02	-	02 (5,3%)	
EI, EF-AI e EF- AF	07	-	07 (18,4%)	13(34,2%)
EF-AI e EF-AF	02	01	03(7,9%)	
EF-AI, EF-AF e EM	-	03	03(7,9%)	
TOTAL	34 (89,50)	04 (10,50%)	38 (100%)	38(100%)

¹ Considerando o Censo Escolar 2021 e o fechamento de 1 escola estadual em 2022.

Legenda: EI - Educação Infantil; EF-AI – Ensino Fundamental Anos Iniciais; EF-AF – Ensino Fundamental Anos Finais; EM – Ensino Médio

Fonte: Elaborado pelo Projeto “ENTRELAÇOS DE RES/EX/ISTÊNCIAS: O que temos e o que queremos na Educação Escolar Quilombola em Sergipe?”, a partir dos dados coletados no site da Secretaria de Estado de Educação e Cultura de Sergipe, 2023.

¹¹ O Censo Escolar é a principal forma de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira, sendo realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Cf. <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>>. Sobre o censo escolar, Miranda (2012) destaca que a partir de 2004, esse instrumento incluiu a declaração da presença de “escolas em áreas remanescentes de quilombo, sendo a desagregação desse dado importante para se compreender a situação do acesso da população quilombola à escola.

quilombola no Censo Escolar, são essas: Escola Municipal Jordânia (EMJ) e Colégio Estadual Quilombola 03 de Maio (CEQ03M).

A EMJ e o CEQ03M apresentam realidades bastante distintas no que diz respeito à relação com a comunidade e a implementação das DCNEEQ. Nos diálogos estabelecidos com as lideranças do TQBN, elas apontam que, mesmo com esse cadastro, há distanciamento entre as práticas pedagógicas dessa escola e os anseios das comunidades quilombolas do território.

Por sua vez, o CEQ03M, apresenta uma realidade bastante distinta. Podemos iniciar pela denominação da escola em que a comunidade Brejão dos Negros exigiu a alteração do nome porque o anterior não refletia a história de resistência desse território, pois, homenageava uma senhora branca casada com o prefeito do município de Brejo Grande. A mudança do nome da escola ocorreu em 28 de fevereiro de 2020 por meio do Decreto no. 40.537.

Outrossim, mesmo que as(os) professoras(es) atuantes na escola não sejam pessoas quilombolas, a escola tem um diretor que é quilombola deste território. Apesar das ofensivas por parte da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe (SEDUC-SE) para substituição do diretor por outra(o) profissional sem vínculo com o território.

Além disso, o que constatamos nas inúmeras atividades de extensão e pesquisa desenvolvidas na comunidade e no CEQ03M, essa escola tem compromisso com a efetivação das DCNEEQ. A investigação realizada pela profa. Flávia Cristina dos Santos ajuda a corroborar esse entendimento. Santos (2024) realizou sua pesquisa¹³ de mestrado nessa unidade com o objetivo de analisar no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, edições 2022 e 2023, a presença/ausência das especificidades étnico-raciais da comunidade quilombola Brejão dos Negros e como estas dialogam com a Educação em Ciências, em relação ao que estabelecem as DCNEEQ. Em suas conclusões a pesquisadora considera que:

a implementação do Novo Ensino Médio foi o principal tema do documento, com uma proposta de educação baseada na aquisição de habilidades e competências, de acordo com as determinações da BNCC e do Currículo de Sergipe, com o objetivo de preparar as/os

¹³ Realizada no âmbito do Projeto “ENTRELAÇOS DE RES/EX/ISTÊNCIAS”.

estudantes para as avaliações em larga escala e, conseqüentemente, para atender a demanda do empresariado no mercado de trabalho capitalista e neoliberal (Santos, 2024, p. 143).

Acrescenta que “nitidamente percebemos, na análise, uma correlação de forças entre a proposta de educação defendida pelo Novo Ensino Médio (NEM) e a defendida pelas DCNEEQ” (Santos, 2024, p.143). Assim, conclui que as DCNEEQ não encontram espaço no PPP e é constatado no documento uma disputa entre a proposta do NEM/Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a EEQ. No seio desse embate, a escola e a comunidade não conseguem firmar a EEQ, mas somente ações desenvolvidas por meio do “Projeto Resgatando suas Raízes: Memorial Brejão dos Negros”.

Esses dados nos permitem inferir o quanto as contrarreformas impostas nos últimos anos têm afetado as escolas quilombolas que, pelo processo histórico de negação de direito às pessoas negras, ainda se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Sobre as duas unidades escolares que não estão localizadas no TQBN e recebem alunas(os) desse território, a primeira, Escola Municipal José Moacir Mendonça, localiza-se na sede do município de Brejo Grande, recebe alunas(os) da comunidade Quilombola de Brejo Grande. A segunda, Escola Municipal José Machado Martin, localizada no Povoado Saramém, recebe alunas(os) da comunidade Quilombola Resina. Em consonância com sua localização, nenhuma está registrada no Censo Escolar como escola localizada em território quilombola. Contudo, pelo fato de receber alunas(os) quilombolas, atenção deveria ser dada para a implementação das DCNEEQ. Fato que não foi registrado nos diálogos com as lideranças do território.

Quadro 02: Dados das escolas que atendem alunas(os) do Território Quilombola Brejão dos Negros – Sergipe.

Escola	Localização	Localizado em comunidade quilombola		Cadastro no Censo como escola quilombola	
		sim	não	sim	não

Escola Municipal Anquizes Ferreira	Com. Quilom Carapitanga	x			x
Escola Municipal José Machado Martins	Povoado Saramém		x		x
Escola Municipal Maria Jardelina	Com. Quilombola Brejão dos Negros	x			x
Escola Municipal José Moacir Mendonça	sede do município de Brejo Grande		x		x
Escola Municipal Jordânia	Com. Quilombola Brejão dos Negros	x		x	
Colégio Estadual Quilombola 03 de Maio	Com. Quilombola Brejão dos Negros	x		x	

Fonte: Projeto “ENTRELAÇOS DE RES/EX/ISTÊNCIAS”, 2023.

Em continuidade, exemplificamos a partir dos diálogos com o MQSE, a existência de escolas localizadas nas comunidades quilombolas do município de Lagarto (mesorregião Agreste) que não estão na lista elaborada a partir dos dados do Censo Escolar, são: E.M Pedro Batista Prata (Crioulo), E.M Antônio Francisco de Jesus (Campo do Crioulo), E.M João Benício Dos Santos (Pindoba) e E.M Professora Esmeralda Flora De Carvalho Arciere (Saco do Tigre).

Há que se registrar que em diálogos com a comunidade também identificamos uma unidade escolar localizada na cidade de Estância, Creche Maria de Oliveira Lima, cadastrada no Censo Escolar de 2022 como localizada em território quilombola, porém essa escola não está localizada em território quilombola e o MQSE afirma que esta unidade escolar, mesmo próxima da comunidade quilombola Porto D´Areia, não recebe alunas(os) oriundas(os) dessa comunidade.

Como expomos a situação de Sergipe não difere muito do panorama nacional sobre a EEQ apresentado por Arruti (2017). Há uma diversidade de situações, desde escolas localizadas em territórios quilombolas, mas que não estão cadastradas no censo como escola quilombola, até escola que não está localizada em território quilombola e, segundo o MQSE, não recebe alunas(os) quilombolas, porém está cadastrada no censo como quilombola. Além de

escolas localizadas em territórios quilombolas, cadastradas ou não como quilombolas, mas que ainda não implementam as DCNEEQ.

No que diz respeito a oferta das etapas da Educação Básica, com a análise dos dados do INEP (2022)¹⁴, indicamos que, sem contabilizar a Educação de Jovens e Adultos, das 38 escolas, 15,8% ofertam apenas a Educação Infantil, 50% até os anos iniciais do Ensino Fundamental; 26,3% até os anos finais do Ensino Fundamental e 7,9% até o Ensino Médio. Assim, 65,8% das escolas cadastradas como quilombolas ofertam somente até os anos iniciais do Ensino Fundamental. Esses dados indicam a carência da oferta dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Essa realidade ainda é o mais alarmante ao focar a rede estadual sergipana. Nessa rede das quatro escolas quilombolas, somente duas ofertam o Ensino Médio Regular, quais sejam: Centro de Excelência Quilombola 27 de Maio e Colégio Estadual Quilombola 03 de Maio (Quadros 04). O Centro de Excelência Quilombola 27 de Maio está localizado no território Mocambo, no Município de Porto da Folha, Alto Sertão Sergipano. O Colégio Estadual Quilombola 03 de Maio localiza-se no Território Brejão dos Negros, município de Brejo Grande, na região do Baixo São Francisco Sergipano.

Nesta última unidade de ensino estudam alunas(os) quilombolas e não quilombolas, sendo como público as(os) alunas(os) dos anos finais do ensino fundamental até o ensino médio.

Quadro 03 - Escolas quilombolas da rede estadual sergipana por etapa/modalidade da Educação Básica

Escola	Comunidade Quilombola	Município	Educação Infantil	Ensino Fundamental I	Ensino Médio	EJA Etapa
--------	-----------------------	-----------	-------------------	----------------------	--------------	-----------

¹⁴Dados disponíveis em

<https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&NQUser=inepdata&NQPassword=Inep2014&PortalPath=%2Fshared%2FCenso%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%2F_portal%2FCat%C3%A1logo%20de%20Escolas&Page=Pr%C3%A9-Lista%20das%20Escolas>
Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

				Anos Iniciais	Anos Finais		1 ^a	2 ^a	3 ^a
Centro de Excelência Quilombola 27 de Maio	Mocambo	Porto da Folha	-	x	x	x			
Colégio Estadual 03 de Maio	Brejão dos Negros	Brejo Grande	-	-	x	x		x	x
Colégio Estadual Otavio Bezerra	Ladeiras	Japoatã	-	x	x	x	x	x	x
Escola Estadual Gilberto Amado	Porto D'Areia	Estância	-	x	x	-	-		
Subtotais			01	03	04	03	01	02	02

Fonte: Elaborado no Projeto “ENTRELAÇOS DE RES/EX/ISTÊNCIAS: O que temos e o que queremos na Educação Escolar Quilombola em Sergipe?” a partir dos dados coletados no site da Secretaria de Estado de Educação e Cultura de Sergipe e em entrevistas realizadas com as lideranças, 2023.

Esses dados nos permitem afirmar que as comunidades quilombolas sergipanas são afetadas diretamente pela política de fechamento das escolas estaduais localizadas em áreas campestres¹⁵. Esta política obriga as(os) jovens a se deslocarem para unidades escolares fora dos territórios, enfrentando desafios como o da falta de transporte. Ou até a terem que sair das suas comunidades. Esses desafios são agravados pelo fato de que se tornam alunas(os) de escolas que adotam um currículo baseado em valores eurocentrados, urbanocêntricos e racistas, conforme denunciado pelas comunidades quilombolas durante o FEEQS e ilustrado na fala da professora

¹⁵ Carvalho (2021) aponta que em 1998 havia em Sergipe 1.621 escolas localizadas no campo, no ano de 2020, esse número reduziu para 865, ou seja, 756 escolas do campo encerraram suas atividades. A autora afirma que o fechamento das escolas segue uma metodologia: primeiro desativação ou paralisação da escola para, depois de alguns anos (mais ou menos 5 anos), extingui-la em definitivo, sendo que esse processo passou a ser regra para a administração pública (Carvalho, 2021).

Silvânia Correia de Moura, liderança quilombola sergipana já citada neste texto. A professora e liderança afirma que “as terras são o motivo de todos os conflitos” e em relação a EEQ, “grande número de comunidades não tem”, o que leva

[...] os quilombolas para longe de suas comunidades com todas as barreiras de transporte e deslocamento para estar em um ambiente sem qualquer relação com o cotidiano da vida do quilombola[...] (Silvania Correia de Moura, Profa. e liderança quilombola do Território Quilombola Lagoa dos Campinhos-Amparo de São Francisco-SE, durante a realização da etapa estadual do Fórum Estadual de Educação Escolar Quilombola de Sergipe, 2019).

Lopes et al (2021) também registra esse dilema ao relatar que:

[...] Nas reuniões realizadas com o MQSE, foram registrados relatos sobre professores que, ao receberem em estudantes originárias/os de CRQ, fazem uso de vocabulário pejorativo em relação à comunidade [...] (Lopes et al, 2021, p. 91)

É perceptível a preocupação das comunidades quilombolas e suas lideranças instituídas com o deslocamento forçado que impõe a saída de seus territórios. Ao serem deslocados para longe de suas comunidades, as pessoas quilombolas enfrentam diversas barreiras, que incluem dificuldades de acesso ao transporte, aos serviços básicos e emprego, além de serem inseridas em ambientes escolares estranhos e que, muitas vezes, não respeitam à sua cultura e modos de vida. Isso tudo pode contribuir para o enfraquecimento dos laços comunitários e traz ainda mais desafios para o fortalecimento dos territórios.

Quanto às escolas em comunidades negras que estão nas primeiras fases autorreconhecimento como quilombolas a situação é ainda mais crítica, pois, essas comunidades também estão em fortes condições de vulnerabilidade frente às políticas de fechamento das escolas do campo, tornando ainda mais difícil contrapor esse fechamento.

A situação da Comunidade Caípe Novo, localizada no município de São Cristóvão, nos ajuda a refletir sobre esse cenário. A única escola municipal da comunidade ofertava, até o ano de 2023, a Educação Infantil (Pré-escolar, atendendo estudantes dos 4º. e 5º. anos) ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Logo, para que as(os) alunas(os) continuem seus estudos, era preciso matriculá-las(os) em outra escola, portanto, fora do território. Com a precariedade das estradas que ligam a comunidade a outras comunidades em que as(os) estudantes eram matriculadas (os), elas(es) enfrentavam, sobretudo no período chuvoso, horas de caminhada. Em muitas situações a(o) aluna(o), ou mesmo a família, não encontram alternativas, diante dessas dificuldades e da ausência de transporte escolar, se não a de deixar a sua residência para morar em outro município mais próximo. Em alguns casos as(os) estudantes abandonam a escola por falta de condições de frequentá-la.

Como podemos ver, a falta de políticas públicas básicas leva as(os) alunas(os) a abandonarem a escola e impõe a saída da comunidade e implica o rompimento abrupto de vínculos existentes no território, conforme nos aponta a professora mestra Daniela Barreto do Sacramento, liderança dessa comunidade:

São vínculos afetivos, vínculos familiares e a relação de pertencimento que acaba por enfraquecer a luta pela terra e os direitos básicos para sobreviver no seu local de origem. (Daniela Barreto do Sacramento, 2024)

Nesse sentido, também trazemos a fala da professora quilombola Silvânia mais uma vez contribui com essas reflexões, ao afirmar que sobre a Educação Escolar Quilombola:

[...] grande número de comunidades não têm, levando os quilombolas para longe de suas comunidades com todas as barreiras de transporte e deslocamento para estar em um ambiente sem qualquer relação como cotidiano da vida do quilombola (Silvânia Correia de Moura, Memória do FEEQS, 2019).

Em relação aos desafios enfrentados e especificamente nas escolas que não se localizam em território quilombola e recebem estudantes quilombolas, a professora Silvânia Correia ainda aponta que:

[..] a **resolução CNE de 8 de 12 de 2012, que define as diretrizes para a educação escolar quilombola com pedagogia própria**, respeito às questões étnicos raciais, materiais e formações específicas com respeito aos princípios constitucionais devem ser oferecidas **nas escolas próprias das comunidades e nas que recebem quilombolas**[...] essas diretrizes são fruto de luta quilombola [...] (Silvânia Correia de Moura, Memória do FEEQS, 2019, grifos nossos).

Ainda sobre a falta das políticas públicas educacionais, a professora Daniela Sacramento acrescenta:

A falta de políticas educacionais, além da falta de sensibilização para uma política participativa, cidadã e democrática, que ouve os anseios da comunidade, tem impedido de ouvir o que a população desses territórios querem: o direito de viver em seu território com dignidade, tendo seus direitos garantidos. (Daniela Barreto do Sacramento, 2024)

Em contrapondo a realidade de fechamento de escolas e implementação das DCNEEQ trazemos para esse diálogo a experiência da comunidade quilombola Porto D´Areia. A comunidade Porto D´Areia está localizada às margens do rio Piauí, no bairro mais antigo da cidade de Estância. É um quilombo urbano, com características rurais e urbanas, possuindo belas paisagens e efervescência cultural que registra a história da comunidade e do município (Sergipe, 2015).

A Escola Estadual Quilombola Gilberto Amado (EEGA) é a única escola pública localizada neste território (Figura 03), o que indica a importância dessa unidade escolar para a formação das crianças e jovens de Porto D´Areia.

Figura 03- Frente da Escola Estadual Gilberto Amado



Fonte: Projeto “ENTRELAÇOS DE RES/EX/ISTÊNCIAS”, 2023.

Segundo José Wellington Fontes Nascimento¹⁶, Assistente Social, mais conhecido como Wellington Quilombola, Presidente da Associação dos Moradores e Amigos Remanescentes de Quilombo do Bairro Porto D' Areia

¹⁶Coordenador do Movimento Quilombola de Sergipe no período de produção dos principais dados apresentados neste artigo.

Estância (Associação Quilombola de Porto D'Areia), em 2018, com a política de fechamento de escolas estaduais localizadas em áreas campesinas, o governo do estado optou por fechar a escola da comunidade, com a justificativa de que o quantitativo de alunas(os) era menor que 100. Segundo essa liderança:

O governo tinha abandonado a escola, a escola estava suja [...], a escola estava com a carteira quebrada, a escola estava sem condições de trabalho e sem conforto para os alunos. Então, os alunos preferiam ir para outra escola (Wellington Quilombola, 2024).

Wellington Quilombola nos relata a resistência realizada pela Associação Quilombola de Porto D'Areia, envolvendo professoras(es), alunas(os), pais, mães, Ministério Público Federal (MPF), entidade em defesa dos direitos humanos e outras instituições. Dentre as ações tomadas pelo MPF em defesa dos direitos educacionais da comunidade quilombola Porto D'Areia, ocorreu a produção pela Fundação Palmares de um diagnóstico sobre a situação vivenciada na escola. Esse diagnóstico registrou: “que o que estava faltando era apoio do governo”. Com isso, essa movimentação da comunidade por meio da sua associação, impediu o fechamento da escola.

Por meio dessa ação o MPF obrigou o estado a “criar condições, melhorar as condições da escola. E a partir de uma pequena reforma, as(os) alunas(os) voltaram a escola quilombola Gilberto Amado”. Para Wellington Quilombola, a situação anterior foi revertida, atualmente a escola conta com uma diretora quilombola, começa uma nova fase de relação entre comunidade de professoras(es) e tem mais de 170 alunas(os) matriculadas(os).

Nas diversas atividades realizadas na EEGB que temos acompanhado, observamos o esforço pela implementação das DCNEEQ. Gradativamente percebemos a presença das pessoas, dos saberes, dos fazeres da comunidade no currículo vivido nesta unidade escolar. A batucada, o Barco e a espada de Fogo, os festejos juninos são exemplos do quanto a cultura dessa comunidade está presente no chão da escola (Figuras 04 e 05).

Figura 04 – Batucada do Improviso do Quilombo Porto D'Areia, em frente da Escola Estadual Gilberto Amado



Fonte: Projeto “ENTRELAÇOS DE RES/EX/ISTÊNCIAS”, 2022.

Figura 05 – Gincana Junina, Escola Estadual Gilberto Amado, 2022.



Fonte: Projeto “ENTRELAÇOS DE RES/EX/ISTÊNCIAS”, 2022.

Em 2024 a EEGA conta com 370 alunas(os) matriculadas(os) e segundo essa liderança “Hoje a escola não tem mais aluno porque não tem onde colocar”. Além disso, a comunidade reivindica a ampliação dos anos escolares com a oferta do Ensino Médio. Vale registrar que a resistência realizada nessa comunidade tem relação estreita com a organização do MQSE que, em 2019, cria, em parceria com o NEABI-UFS, o FEEQS:

Mas, tudo isso se deu porque tinha a parceria com o NEABI, tinha a parceria com a EEQ, com o FEEQS e houve várias orientações por meio do NEABI, por meio do fórum e hoje a situação é bem diferente e é mais uma prova de que precisamos da organização do Fórum para busca das políticas públicas (Wellington Quilombola, 2024).

Assim, essa realidade nos mostra a importância da produção de conhecimento comprometido com os projetos societários das comunidades quilombolas sergipanas, o papel das instituições públicas de educação superior e a necessidade de investimentos na formação de professoras(es) quilombolas, inclusive para a pesquisa.

O QUE ANUNCIAM/DENUNCIAM AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E OS DADOS DO CENSO ESCOLAR SOBRE A SITUAÇÃO DAS(OS) PROFESSORAS(ES) DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS?

A formação inicial e continuada de professoras(es) para atuar em escolas quilombolas se constitui historicamente como um dos principais pontos de reivindicação do movimento quilombola para implementação efetiva da modalidade de EEQ no Brasil. Mesmo diante dessa compreensão, é possível apontar insuficiências na formulação e implementação de políticas específicas de formação de professoras(es), tanto para docentes que já atuam com essa modalidade, quanto para aquelas(es) que são quilombolas e almejam à docência neste contexto específico. Essas insuficiências não podem ser compreendidas de forma isolada, tendo em vista que compõem um projeto estrutural de exclusão da população negra, sendo a EEQ, por sua natureza, uma contestadora deste sistema, de acordo com Miranda (2012, p.14) a implantação da modalidade EEQ está inserida “no conjunto mais amplo de desestabilização de estigmas que definiram, ao longo de nossa história, a inserção subalterna da população negra na sociedade e, conseqüentemente, no sistema escolar”.

A temática da formação diferenciada de professoras(es), já evidenciada nas pautas dos movimentos quilombolas, assumiu nas últimas décadas relevância nas pesquisas acadêmicas do campo educacional. Essas pesquisas têm contribuído no fortalecimento das lutas que denunciam as múltiplas ofensivas vivenciadas por professoras(es) que trabalham nessa modalidade de ensino, que vão desde a ausências de escolas até o funcionamento precarizado, e anunciam a necessidade de políticas públicas desenvolvidas

pelo Estado. Conforme nos aponta Miranda (2012, p.14), “a educação escolar destinada à população remanescente de quilombos encontra-se em situação adversa, marcada pela inexistência de escolas localizadas nas comunidades ou pelo funcionamento precário das escolas existentes”.

Vale ressaltar que as lutas pela escola específica e diferenciada perpassa necessariamente por uma concepção de formação de professoras(es) que considere uma outra lógica de educação, que se distingue do pensamento educacional colonizador tensionando os fundamentos e a história da educação construídas até o presente momento, orientando-se por uma compreensão de currículo plural, fluido e interdisciplinar, que dialoga os conhecimentos escolares e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas, considerando as contextos históricos, culturais, simbólicos, sociais, políticos, econômicos e identitários produzidos das comunidades quilombolas (Brasil, 2012; Silva, 2020a). Esses fundamentos orientam a escola quilombola, sendo esta entendida pela Profa. Daniela Sacramento como:

A escola é um espaço que nos pertence, é nosso! Que está para além da ideia de transferir conhecimento, é um espaço de acolher os nossos, de fazer com que a gente possa aprender sobre e na comunidade. O currículo diferenciado é um currículo que respeita o território local e os saberes daqueles que ali estão, que ali moram, que convivem, se relacionam. Sabemos que Educação Escolar Quilombola fala sobre isso, fala sobre essa educação que ainda não adentrou no espaço formal, mas que ela existe e que precisa ser sistematizada para afirmação e para que nossa identidade seja valorizada dentro desse conhecimento formal. (Profa. Daniela Sacramento, 2024 – grifos das autoras).

Considerando esse contexto, refletimos sobre os dados publicizados no site da Seduc e disponibilizados no Censo Escolar sobre a situação das(os) professoras(es) das escolas quilombolas com enfoque no quantitativo, na função e na formação inicial. No que se refere ao quantitativo, calculamos um total de 384 professoras(es) que atuaram no ano de 2022 nas escolas quilombolas estaduais e municipais sergipanas. Destes, 48 possuem formação apenas do Ensino Médio e 336 possuem formação em nível superior. Deste quantitativo docente com formação em nível superior, nenhum possui formação específica para atuar em escolas quilombolas ou que atendam alunas(os) oriundas(os) de comunidades quilombolas. Isso ocorre porque até o

momento, semelhante a situação da maioria dos estados brasileiros, em Sergipe, não foi realizada formação específica e diferenciada para atender a EEQ (Lopes et al, 2021), não atendendo ao princípio das DCNEEQ, previsto no parágrafo V do Art. 8º, a “garantia de formação inicial e continuada para os docentes para atuação na Educação Escolar Quilombola” (s/p).

Com relação a rede estadual, segundo dados coletados no site da Seduc e no Censo Escolar e demonstrados no Quadro 04, das(os) 93 professoras(es) atuantes no ano letivo de 2023 em unidades estaduais sergipanas, 54 são efetivas(os) e 39 contratadas(os). Desses professoras(es) apenas 03 são quilombolas, que representa um cenário de somente 3,2% professoras(es) quilombolas, contrariando as DCNEEQ, conforme exposto a seguir:

Art. 8º Os princípios da Educação Escolar Quilombola deverão ser garantidos por meio das seguintes ações: [...] IV - **presença preferencial de professores e gestores quilombolas** nas escolas quilombolas e nas escolas que recebem estudantes oriundos de territórios quilombolas; (BRASIL, 2012. p. 64 – grifo das autoras)

[...]

Art. 39 2º **A gestão** das escolas quilombolas deverá ser realizada, **preferencialmente, por quilombolas**. (BRASIL, 2012. p. 72 grifos das autoras)

[...]

Art. 48 A Educação Escolar Quilombola deverá ser **conduzida, preferencialmente, por professores pertencentes às comunidades quilombolas**. (BRASIL, 2012, p. 74 grifo das autoras)

Nessa direção, O Prof. Magno de Oliveira Barros dos Santos, liderança quilombola da Comunidade Brejão dos Negros, apresenta em sua narrativa a situação de marginalização vivenciada em relação a luta para atuar em sua comunidade, evidenciando os processos de negligência e invisibilização.

O processo de luta da comunidade perpassa várias etapas, uma delas é a educação. A inclusão da educação Escolar Quilombola é prevista em lei, mas esta é negada, negligenciada e silenciada pelos interesses das classes dominantes, que tornaram o currículo eurocêntrico, inviabilizando-o e dificultando a inserção das temáticas raciais, fundamental à aprendizagem dos estudantes quilombolas, ao seu pertencimento étnico-racial enquanto estudante negro. **Esta invisibilidade impossibilitou que professores quilombolas trabalhassem nas escolas quilombolas, como é o meu caso, professor quilombola, mas que precisei trabalhar em outra cidade longe do meu território, da minha comunidade. Não era porque inexistia vaga na escola quilombola, havia sim! Inclusive o diretor desta unidade de ensino encaminhou ofício solicitando professor da minha área, mas não adiantou, [...] dificultam a mudança de**

professor para a escola quilombola, e, aqui estou, a 100 km da minha comunidade, resistindo a mais um processo de negligência e invisibilidade. (Magno de Oliveira Barros dos Santos, professor da Rede Estadual de Educação Básica de Sergipe, liderança da Comunidade Quilombola Brejão dos Negros, grifos das autoras).

Sobre as(os) professoras(es) quilombolas, indicamos que todos as(os) três quilombolas são efetivas(os), nenhum(a) possui formação específica e diferenciada e uma possui formação apenas em Ensino Médio.

Quadro 04 - Demonstrativo professoras(es) das escolas estaduais quilombolas: quantitativo, efetivas(os), contratadas(os) e quilombolas

Escola	Professoras(es) por função		Situação profissional		Quilombolas	
	Em regência	Na gestão	Efetivas(os)	Contratadas(os)	Ef	Cont
Centro de Excelência Quilombola 27 de Maio	24	5	10	18	01	-
Colégio Estadual Quilombola 03 de Maio	14	4	7	7	01	-
Colégio Estadual Otávio Bezerra	18	4	3	11	-	-
Escola Estadual Gilberto Amado	21	3	18	3	01	-
Subtotais	77	16	54	39	03	-
Totais	93		38	39	03 03 (3,2%)	

Fonte: Projeto “ENTRELAÇOS DE RES/EX/ISTÊNCIAS: O que temos e o que queremos na Educação Escolar Quilombola em Sergipe?”, a partir dos dados coletados no site da Secretaria de Estado de Educação e Cultura de Sergipe e em entrevistas realizadas com as lideranças, 2023.

Esses dados indicaram a necessidade da oferta da Licenciatura em Educação Escolar Quilombola no estado. Essa situação foi denunciada durante a realização do FEEQS e fortalecida com uma lista elaborada pelo movimento quilombola manifestando o interesse da Universidade Federal de Sergipe em submeter a proposta do curso de Licenciatura em Educação Escolar

Quilombola (LEEQ)¹⁷ ao Edital do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica – Parfor Equidade/2024/Ministério da Educação e Cultura (MEC), coordenado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC).

Sem dúvidas, a formação inicial específica das(os) professoras(as) quilombolas apresenta potencial significativo de contribuir para mudanças nesse cenário.

A formação inicial quilombola já começa específica, destaca a necessidade de personalização **de uma educação que atenda às demandas e necessidades do território. O território quilombola existe, os saberes, conhecimentos, costumes e culturas quilombolas estão lá, no território, as pessoas, crianças e adultos, os mais novos e os mais velhos estão lá no território, são quilombolas e pertencem àquele lugar. Como pode a escola que lá atua não ser, pertencer ou exalar/vibrar sobre o território? Como pode o conhecimento na escola daquele território não ser sobre e para a valorização das pessoas que lá vivem?**

Para além da "sensibilização" há o respeito indispensável à história dessa população. **A formação inicial é, portanto, confiscar, tomar de volta, o que parece óbvio para ocupar as escolas quilombolas.** Tal qual o perigo da história única. Pode-se estudar inglês para ensinar àquelas crianças outro idioma que não o seu, no entanto influenciá-la a acreditar que outro idioma, que não o seu, é mais importante, torna-se genocídio. **Pode-se ensinar o que quiserem, mas não em detrimento do nosso sofrimento.** (Profa. Daniela Sacramento, 2024 – grifo das autoras).

A Profa. Daniela Sacramento apresenta em suas narrativas a importância da formação inicial específica e diferenciada de professoras(es) que atuam em escolas quilombolas:

Acredito que a formação inicial de professores para Educação Escolar Quilombola diz respeito **a essa sistematização de saberes, é uma demanda da comunidade para que o conhecimento chegue e fato adentre e ocupe o espaço da escola** e principalmente da formação da identidade e sobre o território enquanto comunidade das crianças

¹⁷ A LEEQ foi uma proposta elaborada juntamente com o MQSE com o objetivo de "Formar docentes, preferencialmente quilombolas, em Licenciatura em Educação Escolar Quilombola, com enfoque na Educação Intercultural e na Educação Antirracista, para atuar na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, de acordo com a habilitação escolhida, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola". O curso está estruturado em uma carga horária total de 3.660 horas, como forma de funcionamento modular, ofertará quatro habilitações: Pedagogia, Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Humanas, Linguagens e Códigos.

enfim... Para se constituir essa ligação, o elo com a comunidade e sua cultura com respeito aos saberes que existem ali eu acho que é um grande desafio (Profa. Daniela Sacramento, 2024 – grifo das autoras).

Considerando essa importância para a efetivação da EEQ, a proposta da LEEQ, que foi formulada e apresentada está inserida nos contextos da luta do movimento quilombola do estado de Sergipe contra os padrões globalizantes eurocêntricos ainda reproduzidos em boa parte das escolas localizadas em territórios quilombolas e as que recebem alunas(os) quilombolas, nas quais se apresenta como um dos espaços em que o racismo estrutural ainda apresenta seus tentáculos. Cabe ressaltar que a falta de formação específica e diferenciada das(os) professoras(es) que atuam nessas realidades escolares é um dos principais campos denunciado pelo FEEQS e apontado pelos documentos oficiais como fundamental para a efetivação da EEQ. Assim, durante o FEEQS, dentre os principais pontos reivindicados, foi deliberado pela intensificação das lutas pelo desenvolvimento de políticas de formação inicial e continuada das(os) professoras(es) que atuam nessas escolas e em escolas sergipanas que recebem estudantes quilombolas.

Assim, no que se refere especificamente a situação das(os) professoras(es), foi denunciada a ausência de formação inicial adequada para o trabalho com a modalidade, demarcando a necessidade de políticas específicas diante da sua importância na implementação da EEQ. Nesse contexto, apontamos que 12,6% das(os) professoras(es), das escolas municipais e estaduais que atuam na EEQ, somente possuem o Ensino Médio. O processo de precarização da situação funcional das(os) professoras(es) que atuam nessas localidades pela rede estadual, também foi enfatizado, pois 41,9% das(os) professoras(es) são contratadas(os) e apenas 3,2% são quilombolas. Portanto, os dados oficiais e os diálogos produzidos com as comunidades quilombolas anunciaram/denunciaram uma realidade em que a EEQ ainda está distante de ser efetivada, conforme reivindicada pelo movimento quilombola e orientada pelas DCNEEQ, mas também anunciam possibilidades de transformação diante dos processos de resistência construídos cotidianamente nas comunidades.

REFLEXÕES FINAIS

Ao finalizar este texto retomamos as questões iniciais propostas: O que anunciam/denunciam os dados do censo escolar sobre as escolas quilombolas do estado de Sergipe? O que anunciam/denunciam as comunidades quilombolas e os dados do censo escolar sobre a situação dos professores das escolas quilombolas do estado de Sergipe? Podemos apontar inicialmente a situação emblemática no fato de a classificação como escola localizada ou não em área de quilombo ser feita pela direção da escola durante o preenchimento do Censo Escolar, sem nenhuma articulação com a comunidade e, tampouco, sem relação com as DCNEEQ. Apontamos também escolas localizadas em territórios quilombolas que não estavam cadastradas com essa localização no Censo de 2022.

O fechamento de escolas e a carência de ampliação das etapas da Educação Básica também foram indicados como desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas sergipanas. São dados das realidades das comunidades quilombolas que levam crianças e jovens, as vezes até as famílias, a saírem de seus territórios em busca da continuidade dos estudos. Anunciamos também, conforme diálogos com as lideranças, o distanciamento das práticas educativas das escolas localizadas nos territórios quilombolas e as respectivas comunidades e a insuficiência na formação das(os) professoras(es) que atuam nessas escolas.

Portanto, são dados que explicitam três grandes desafios para a efetivação das DCNEEQ no cenário sergipano. O primeiro, a insuficiência dos atendimentos quantitativo e qualitativo, que dizem respeito, respectivamente, à necessidade de ampliar o número de escolas/etapas da Educação Básica através de políticas públicas para implementação das DCNEEQ. Essa realidade já tinha sido denunciada, durante o FEEQS, em 2019, a saber: não efetivação da EEQ, não implementação da ERER, currículo descontextualizado, a ausência de

formação inicial e continuada das(os) professoras(as), rotatividade e o fato da maioria das(os) docentes não ser quilombola.

O segundo, insere-se no contexto das escolas que recebem alunas(os) oriundas(os) de comunidades quilombolas. Esse desafio, em grande medida, é ocasionado pelo primeiro, pois, com a carência de oferta da educação escolar nos territórios, as(os) alunas(os) para continuarem seus estudos são obrigados a se deslocarem ou mudarem de suas comunidades enfrentando desafios, além dos mencionados, relacionados ao deslocamento, ao transporte e uso de “vocabulário pejorativo em relação à comunidade” (Lopes et al, 2021, p. 91).

Vale registrar que, coexistem no estado, escolas em comunidades negras que estão nas primeiras fases autorreconhecimento como quilombolas, problematizado neste texto com luta da comunidade Caípe Novo, nas quais a escola tem potencial significativo de contribuição no processo de fortalecimento identitário.

O terceiro desafio diz respeito à situação das(os) professoras(es) em relação à formação específica e diferenciada, em que no quantitativo informado e analisado de professoras(as) que atuam em EEQ foi constatado que nenhum(a) professor(a) da rede municipal ou estadual de ensino possui formação adequada para atuar nessa modalidade, bem como indicamos que apenas cerca de 3% dos(as) professoras(as) são oriundas(os) de comunidades quilombolas. Ainda sobre essa questão, apontamos nas reflexões, a partir dos diálogos com as comunidades quilombolas, as denúncias sobre a precarização das escolas e o destaque realizado pelas lideranças sobre a importância da formação para implementação efetiva da EEQ.

O cenário descrito revela que, a despeito da luta das comunidades quilombolas, a EEQ no estado de Sergipe ainda tem um longo caminho a ser percorrido para sua efetivação. Revela ainda que essas comunidades têm construído diversas insurgências com resultados que inspiram a luta coletiva, conforme descrevemos sobre o TQBN e comunidade quilombola Porto D´Areia.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício. Conceitos, normas e números: uma introdução à Educação Escolar Quilombola. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, p. 107 -142, 2017.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto, 2013.

FALS BORDA, O. Por un conocimiento vivencial. In: GUERRA, J. M. R. (Org.). **Antología Orlando Fals Borda**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010.

FALS BORDA. La investigación-acción participativa: política y epistemología. In: GUERRA, J. M. R. (Org.). **Antología Orlando Fals Borda**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação, descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**. v. 12, n. 1, p. 90-109, jan./abr., 2012.

LOPES, Edinéia Tavares *et al.* (F)atos de resistência: Fórum de Educação Escolar Quilombola de Sergipe e os projetos políticos pedagógicos das escolas quilombolas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.I.], v. 13, n. 37, p. 84-106, ago. 2021. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1264>>.

MIRANDA, S. A. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPEd; Campinas: Autores Associados, v. 17, n. 50, p. 369-498, maio/ago. 2012.

SILVA, Givânia Maria da. In: MONTECHIARE, Renata.; LÁZARO, André. (orgs.). **Educação e práticas comunitárias: educação indígena, quilombola, do campo e de fronteira nas regiões Norte e Nordeste do Brasil**. 1 ed. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020. p 85-106.

SILVA, Givânia Maria da. SILVA, Nádia Maria Cardoso da. **Caderno educação escolar quilombola** (Coleção Cadernos de Projetos Educação e práticas comunitárias: educação indígena, quilombola, do campo e de fronteira nas regiões Norte e Nordeste do Brasil; 2). 1 ed. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020.

Recebido em: XXXXXXXX

Aprovado em: XXXXXXXX